

**ATA DA 306ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – GESTÃO 2025-2027**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de 2026, sob convocação agendada para as 14h00min aconteceu a 306ª (tricentésima quinta) reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia – CMAS gestão 2025-2027, realizada por videoconferência através da plataforma Zoom <https://zoom.us/j/95306438824?pwd=bEJqcnFYc05EdC9POU9MamJFNvJPZz09>. Participaram da reunião: Mariza Rodrigues Ferrarese, João Antônio da Silva, Marcela de Fátima Lino, Kelen Garcia, Dra. Edna Silva e Silva, Maria Terezinha Marcondes Veiga, José Bertuol, Ernestino Benedito Nunes, Samantha de Mello Sznick Lopes, Renata dos Santos Anastácio, Célia Cristina Souza Fagundes, Camila de Souza D. de Oliveira, Fabrício Leiva, Fernando Confiança, Robson Dias, Patrícia (Wantuil de Freitas), Silaine e Gabriela (Apae), Janaina e Larissa (Lar Emmanuel), Mary Teófilo, Vivian Viana da Silva Arata, Adriano Pires de Oliveira, Nyala Henrique e Secretário de Desenvolvimento Social Celso Itiki. Houve justificativa de falta das representantes Mariza Rodrigues Ferrarese, Marcela de Fatima Lino e Jamily Lorusso Scheidth. A reunião foi convocada para trataram da seguinte pauta de assuntos: 1. Deliberação da ata (nº305), 2. Encerramento do contrato com o Instituto Morgan, 3. Discussão sobre novo Edital de Chamamento Público e contratações temporárias e 4. Assuntos Extra pauta. A Presidente do CMAS, Sra. Kelen Garcia iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes. Justificou a alteração da data da reunião, informando que a antecipação ocorreu em razão do feriado municipal no dia 02 de abril. Na sequência, deu início aos itens da pauta. Item 1: Aprovação da Ata nº 305. A Presidente submeteu a Ata nº 305 à leitura. Não havendo apontamentos por parte dos Conselheiros, a ata foi declarada aprovada. Item 2. Encerramento do Contrato com o Instituto Morgan. Com a palavra, Adriano Pires iniciou explanação sobre a necessidade crítica da falta de equipe de pessoal nos CRAS e CREAS, destacando o aumento da demanda no período pós-pandemia, com aproximadamente 9 mil visitas domiciliares represadas. Informou que o novo edital visa suprir essa demanda e que a contratação temporária se apresenta como medida emergencial até a realização de concurso público. A Sra. Kelen Garcia esclareceu que o contrato com o Instituto Morgan se encerrou em 31/12/2025, tendo sido prorrogado por 3 meses mediante deliberação do CMAS, com a previsão de publicação de novo edital. Esse prazo se encerra na presente data (31/03/2026). Informou ainda que, ao assumir a presidência, dialogou com o Secretário Celso Itiki sobre a preocupação do Conselho quanto à qualidade dos serviços prestados, ressaltando a necessidade de profissionais técnicos (psicólogos, assistentes sociais e orientadores sociais), conforme previsto na tipificação dos serviços PAIF e PAEFI e na legislação do SUAS. Destacou que os recursos utilizados são provenientes do Fundo da Assistência Social e reforçou a deliberação anterior do CMAS quanto ao edital. Informou que a minuta foi analisada pela Comissão de Finanças, que apresentou questionamentos e sugestões de ajustes, reiterando que o ideal seria a realização de concurso público. Ressaltou ainda a morosidade dos processos e a carência de pessoal qualificado na gestão. Com relação aos apontamentos da Comissão de Finanças/Orçamento e Política da Assistência Social, Robson Dias informou que o edital foi apresentado em 12 de março, sem tempo hábil para cumprimento do prazo legal de 30 dias para publicação. Após análise, foi elaborado relatório técnico de 8 páginas com apontamentos jurídicos e técnicos, considerando as diretrizes da política de assistência social. Destacou que: os recursos são oriundos do IGD SUAS/Bolsa Família, sujeitos a fiscalização Estadual e Federal; a contratação via Lei nº 13.019 não é adequada para execução dos

serviços PAIF e PAEFI, por se tratarem de obrigações diretas do município; foram identificadas inconsistências com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e a NOB-RH/SUAS; o edital não define público-alvo, carga horária e equipe mínima; oficinas isoladas não caracterizam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; há riscos de má aplicação dos recursos públicos; o contrato vinha sendo executado com equipe insuficiente (apenas uma assistente social); falta de clareza nas atribuições, inclusive quanto a motoristas. Sobre as questões orçamentárias foram destacados: custo elevado (R\$ 284 mil mensais); falta de proporcionalidade com o número atual de atendidos (cerca de 1.390 pessoas); ausência de metas claras no edital. Robson ressaltou que os questionamentos ainda não foram devidamente respondidos. Houve manifestação da Gestão, o Secretário de Desenvolvimento Social, Celso Itiki, destacou a urgência na continuidade dos serviços e a importância da transparência. Reconheceu a complexidade do processo e informou que as respostas aos apontamentos estão sendo elaboradas. Relatou que, embora inicialmente contrário à contratação, observou melhorias na execução dos serviços pela empresa. Mencionou ainda os projetos Acqua Kids e Sênior, ressaltando sua relevância. Sugeriu a possibilidade de contratação temporária até a publicação do edital. Houve manifestação da Técnica do CRAS Sra. Raquel de Jesus relatou a realidade da equipe, destacando que o CRAS conta atualmente com seis profissionais vinculados ao Instituto Morgan. Alertou que a interrupção imediata desses serviços causaria prejuízos significativos. Informou que novas diretrizes do Governo Federal, especialmente relacionadas ao Cadastro Único e ao BPC, têm impactado a rotina de trabalho. Ressaltou que, apesar das inconsistências apontadas, a prioridade deve ser a continuidade do atendimento à população. Destacou ainda a importância dos motoristas para a realização de visitas domiciliares. Após amplo debate, o Conselho deliberou, em votação com quórum qualificado (8 votos) e consenso entre Sociedade Civil e Poder Público, o seguinte: Prorrogação: Aprovada a prorrogação do contrato por até 3 (três) meses, com prazo máximo até 30/06/2026; Compromisso da Secretaria: Finalizar o edital no prazo de até 15 dias e providenciar sua publicação imediata; Compromisso de Trabalho: Realização de reuniões periódicas entre a Comissão de Finanças/Orçamento e a Gestão, com participação de representantes do Poder Público, visando ajustes e aprimoramento do edital. 3. Discussão sobre novo Edital de Chamamento Público e contratações temporárias. O assunto foi amplamente discutido ao longo da reunião, sendo considerado exaurido após as manifestações e deliberações realizadas. Assuntos Extra de Pauta: Programa “Ação que Alimenta” Foi apresentada explanação sobre o Programa “Ação que Alimenta”, realizada por Adriano. Trata-se de um programa municipal instituído por lei, que consiste na entrega de cestas básicas a famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, por período determinado. O fluxo do programa prevê que a identificação das famílias seja realizada por assistentes sociais nos CRAS, os quais possuem autonomia para inclusão e exclusão de beneficiários. Ressaltou-se que o programa não se confunde com os benefícios eventuais, embora exista interface entre eles. Na nova edição, foram incluídos itens de higiene pessoal nas cestas, conforme informado por Adriano. Robson destacou que não estão sendo cumpridas as normas regimentais do Conselho. Informou que o tema foi discutido na Comissão de Finanças e Políticas Públicas, onde foram feitos questionamentos; contudo, as respostas foram recebidas apenas no mesmo dia da reunião, impossibilitando a análise adequada. A presidente reforçou que também não se sentia confortável para discutir o tema, considerando a ausência de tempo hábil para leitura do material. A técnica da SDS, Maria Angélica manifestou-se destacando que a gestão enfrenta diversas demandas urgentes e prazos exíguos, destacando a complexidade da atuação na ponta. Informou que o documento chegou recentemente, embora o processo esteja em tramitação desde o ano anterior, especialmente no que se refere à questão

alimentar. Relatou que, em 2025, foram adquiridas apenas 800 cestas básicas e que, atualmente, o atendimento às demandas emergenciais vem sendo realizado pelo Fundo Social. Ressaltou que a questão alimentar integra uma política pública transversal de segurança alimentar, ainda não estruturada no município. Destacou que, embora diversas instituições, como igrejas, contribuam com essa demanda, tais ações são insuficientes diante da gravidade da fome. Mesmo com benefícios como o Bolsa Família, muitas famílias continuam enfrentando dificuldades, pois os recursos são comprometidos com outras despesas. Informou que não foi possível detalhar os questionamentos do Conselho por não terem sido formalizados em processo, mas garantiu que as respostas foram fornecidas e que a documentação está disponível na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS). Reforçou a necessidade de dar andamento ao processo, atualmente paralisado. Pontuou ainda que, enquanto persistir o entendimento de que a responsabilidade é exclusiva da gestão (CRAS e CREAS), não haverá avanços na política pública de assistência social e no SUAS. Ressaltou a dificuldade enfrentada ao informar à população a indisponibilidade imediata de cestas básicas. A presidente Sra. Kelen acrescentou que as OSCs também atuam diretamente no atendimento à população e compartilham da preocupação com a segurança alimentar. Destacou que o Conselho sempre esteve disponível para apoiar as demandas. Questionou o envio tardio do despacho, considerando que a Comissão de Finanças o recebeu em 18 de março de 2025 e encaminhou questionamentos no dia seguinte. Relatou ainda o atendimento de um caso de uma idosa no mesmo dia, reforçando a urgência das demandas e o papel do Conselho, que é paritário e atua na ponta. Ressaltou a necessidade de melhor organização do fluxo dos processos por parte da gestão, sempre considerando o município. Angélica solicitou que os encaminhamentos sejam formalizados via processo e propôs que o Conselho acompanhe presencialmente as ações. O vice-presidente, José Bertuol, reforçou a necessidade de celeridade, destacando a urgência da fome e a prioridade na resolução dos problemas. A proposta em deliberação referia-se à aquisição de 4.800 cestas básicas, para o período de 12 meses, no valor de R\$ 1.515.888,00, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Antes da votação, a presidente ressaltou que o assunto não havia sido finalizado pela Comissão de Finanças. Não houve quórum suficiente, de modo que a proposta não foi aprovada pela plenária. Kelen comprometeu-se, juntamente com a comissão, analisar as respostas com a maior brevidade possível e dar encaminhamento ao processo, ressaltando que não há intenção de prejudicar qualquer parte, mas sim de atender o município. Indicou a possibilidade de convocação de reunião extraordinária ou discussão via grupo. Inicialmente, foi definida reunião para o dia 13 de abril. A presidente informou que os depósitos referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março foram realizados regularmente no Fundo Municipal de Assistência Social. Manifestou preocupação quanto à continuidade dos repasses, destacando a necessidade de compromisso da Prefeitura, considerando que as deliberações envolvem recursos do fundo. O Secretário Celso Itiki afirmou seu compromisso com a pauta e informou que já apresentou emendas para ampliação dos recursos do fundo. Convidou todos a participarem da construção dos processos, reforçando a importância da formalização. A técnica do CRAS, Sra. Nyala, destacou o aumento da demanda de famílias em situação de vulnerabilidade e solicitou sensibilização para ampliação da quantidade de cestas básicas. Na sequência, a Secretária Executiva apresentou o processo da Secretaria de Educação solicitando a indicação de conselheiro do CMAS para compor a Comissão da Primeira Infância. Não houve manifestação no momento, ficando definido que o pedido será disponibilizado no grupo do Conselho. Outro ponto abordado foi a Resolução CMAS nº 285, que alterou a Resolução nº 202. Foi solicitada atenção à leitura do documento, destacando que, a partir de agora, as OSCs deverão apresentar apenas o plano de trabalho e o relatório de atividades

para manter a inscrição no CMAS. Ficou definido o encaminhamento da resolução a todas as OSCs. Foi apresentado o parecer da Comissão de Análise de Documentos do CMAS referente ao pedido de renovação da OSC Wantuil de Freitas, sendo aprovado pela plenária. Angélica informou sobre reunião com a empresa responsável pelos sistemas, do diagnóstico das famílias atendidas no município por meio dos CRAS, CREAS e Serviços de Convivência. Destacou a importância do diagnóstico para o planejamento das políticas públicas e ampliação dos serviços. Mencionou ainda a proposta de avanço nos sistemas, especialmente nos serviços de convivência, visando melhorar a organização das informações e facilitar o monitoramento das famílias atendidas. O relatório será oportunamente apresentado aos Conselhos. A presidente compartilhou com a plenária sua participação, juntamente com o Gestor de Parcerias Adriano Pires, no 3º Encontro do Fundo Nacional de Assistência Social. Destacou a importância do evento para troca de experiências e aquisição de conhecimento, ressaltando que o município de Cotia recebeu o Selo Amigo do Fundo Nacional de Assistência Social. Angélica informou que o Plano Municipal está em fase final de elaboração e será encaminhado ao Conselho Municipal de Assistência Social. Informou ainda que o CADSUAS e o Censo SUAS foram atualizados. Adriano destacou que, embora haja necessidade de aprimoramento, o município está à frente de outros em alguns aspectos, ressaltando a importância do monitoramento conforme o art. 30 da LOAS. Agradeceu ao Conselho pela participação e apoio. Por fim, a presidente informou que posteriormente será disponibilizada a prestação de contas ao Conselho. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada as 16:00h e para constar segue assinada pela Presidente e Secretária do CMAS.

**Kelen Garcia**  
Presidente do CMAS

**Samantha de Mello Sznick Lopes**  
1ª Secretária do CMAS